

E SE TODA A HISTÓRIA FOSSE FICÇÃO?

Reflexões sobre a utilidade da ficção como critério para distinguir literatura e história*

JEROEN DEWULF
(Univ. do Porto)

209

«O Império Romano da época era como uma árvore enorme, com o grande tronco central a morrer lentamente, mas cheia de troncos novos que rebentavam desde o centro para todos os lados.». É assim que o historiador alemão Theodor Mommsen inicia o quinto livro da sua monumental *História Romana* (1885). E se hoje ainda alguém se lembra de Mommsen, é fundamentalmente por frases destas, que reflectem a qualidade literária da sua obra, e muito menos pelas suas teorias históricas. Este exemplo de Mommsen faz lembrar o antropólogo norte-americano Clifford Geertz, que defende que os livros clássicos de antropologia não ficaram na memória pelo seu conteúdo, mas sim pelo talento literário de quem os escreveu e que, conseqüentemente, a principal actividade de um antropólogo é escrever.

Será então que bons historiadores têm que ser necessariamente também bons escritores? Será que as suas obras podem ser vistas como obras literárias que, no fundo, são tão ficcionais como, por exemplo, romances históricos? Estas dúvidas aqui expostas têm muito a ver com o facto de existirem actualmente várias definições daquilo que se entende por ficção. A situação é tão complexa que passou a ser cada vez mais difícil distinguir entre obras ficcionais e não-ficcionais, alguns defendem até que a ideia em si de se tentar fazer esta distinção já é uma ficção.

De facto, a explicação simples, segundo a qual a (não) ficcionalidade de um texto depende das figuras, dos objectos e dos acontecimentos serem verdadeiros ou inventados, hoje não pode ser mantida. A origem desta tese está no famoso nono capítulo da *Poética* de Aristóteles, onde a diferença entre o historiador e o poeta é explicada pelo facto do historiador narrar o que realmente aconteceu, enquanto o poeta narra o que podia ter acontecido.

Só que já René Descartes duvidou se “a realidade” de facto existia. Na sua obra *Meditationes* (1641) faz a proposta surpreendente de imaginarmos que todas as nossas

* A presente comunicação insere-se na Linha de Acção n.º 1, «Relações Literárias e Culturais Luso-Alemãs. Estudos de Recepção e de Hermenêutica Intercultural», do Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos (CIEG), Unidade de I&D financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia e Inovação (POCTI), do Quadro Comunitário de Apoio III.

concepções acerca do mundo real estejam erradas e que todas as nossas ideias não passam de quimeras. O próprio Descartes só sai do dilema com a ajuda divina, pois uma vez que a existência de Deus não pode ser posta em dúvida, a nossa ideia de Deus é real e, conseqüentemente, a nossa ideia da realidade também o é. Esta solução sofisticada foi rejeitada por Kant. Segundo Kant, a existência de Deus é apenas uma ideia e como tal insuficiente para provar a existência da realidade. Por isso, Kant tenta, por sua vez, demonstrar que o mundo empírico deverá ser sempre encarado como o produto do intelecto humano. No século XX, esta tese constructivista de Kant foi a base da fenomenologia, que definiu a realidade como sendo uma mera construção humana. Ao mesmo tempo, a epistemologia rejeitou a ideia simplista de Aristóteles segundo a qual é possível captar “a realidade” em palavras, alegando que seria uma ingenuidade pensar que existe uma relação de um para um entre a palavra e a realidade. Esta tese da relação instável entre língua e realidade é também fundamental na teoria de Ludwig Wittgenstein, segundo o qual, tal como não existe uma única língua, também não pode existir uma única realidade ou uma única verdade, e que, antes pelo contrário, há uma multiplicidade de realidades e verdades que existem ao mesmo tempo. Ultimamente, esta visão tem sido radicalizada em consequência da chamada “viragem pós-colonial” nas ciências humanas; aquilo que durante muito tempo era considerado “a realidade” é agora cada vez mais visto como apenas “uma realidade ocidental”. Assiste-se, portanto, a uma desconstrução cultural de conceitos como “realidade” e “verdade”, isto é, o que no mundo islâmico ou hindu é considerado “real” não corresponde de forma automática àquilo que um europeu entende por “real”. Se, por exemplo, um bombista palestino se fizer explodir no meio da rua, ele considera “real” a sua convicção de chegar ao céu como mártir, enquanto aos olhos de um europeu isto não se passa de uma mera fantasia¹. Mas também dentro da mesma cultura, as concepções da realidade podem ser encaradas de diferentes maneiras; enquanto para muitos católicos portugueses, as aparições de Fátima fazem parte da realidade, um português ateu considera as mesmas como sendo fantasias. Da mesma forma, um menino de três anos vive numa realidade diferente da de um jovem com 18, tal como um português do século XVI tinha uma concepção da realidade completamente diferente de um português deste século. De acrescentar ainda é que num tempo dominado pelos media, é cada vez mais difícil distinguir-se entre o real e o ficcional. Portanto, tal como a realidade vista com a ajuda de um microscópio é completamente diferente da realidade vista apenas com os olhos humanos, também o próprio conceito de realidade passou a estar cada vez mais dependente do ponto de vista.

Filósofos pós-modernos como Richard Rorty defendem por isso que toda a realidade não passa de uma grande ficção. Embora se trate aqui de uma ideia que já se encontra na obra de Nietzsche, que definiu “verdade” como sendo uma metáfora e, conseqüentemente, uma ilusão, Rorty vai muito para além disso ao negar pura e simplesmente que haja uma diferença entre a mera percepção das coisas e a elaboração de histórias.

¹ Esta desconstrução pós-colonial da realidade poderá ser ilustrada com base na experiência que a antropóloga Laura Bohannan fez junto da população Tiv na África Ocidental ao ler, juntamente com eles, a peça de *Hamlet*. Constatou que aos olhos dos Tivs, o drama de Shakespeare não era mais do que uma história de um jovem malandro chamado Hamlet que chegou a ser vítima de bruxaria e que, a partir daí, só fez asneiras: «[Hamlet] was surely a villain [was], for he had scolded his mother, killed Polonius, and raised his hand against his father's brother Claudius. But if his father's brother had indeed been wicked enough to bewitch Hamlet and make him mad that would be a good story [...], for it would be his fault that Hamlet, being mad, no longer had any sense and thus was ready to kill his father's brother.» (cfr. Schwab: p. 2).

«How would it be different if everything were a dream? How would it be different if it were all *made up*? How would it be different if there were nothing there to be represented? How does having knowledge differ from making poems and telling stories?» (Rorty, *apud* Lamarque/Olsen: p. 163)

Com base nestas ideias, ou seja, com base na convicção de que não existe uma realidade fora da percepção humana e que, conseqüentemente, seria um engano pensar que “a realidade” poderia ser captada por palavras, a escola desconstrutivista defende que tudo que seja escrito é por definição uma ficção. A única diferença admitida é que certos textos (como por exemplo poemas) mostram claramente a sua ficcionalidade, enquanto outros (como artigos científicos) tentam escondê-la o mais possível².

Para evitar tais complicações e radicalismos, a ficcionalidade é hoje cada vez menos considerada um critério útil para definir literatura, ou seja, cada vez mais críticos literários admitem que existem textos ficcionais que não sejam literários, tal como há textos literários que não são ficcionais. É neste sentido que se deve compreender também uma nova tendência, vinda dos Estados Unidos, de se chamar “faction” a textos que causam dúvidas. Trata-se aqui de uma mistura das palavras “facts” e “fiction”. Assim, qualquer texto que não seja claramente literário nem científico, passa a ser considerado “faction”, embora podendo puxar mais para o lado dos “facts” ou para o lado do “fiction”.

Aristóteles, porém, ofereceu também uma segunda possibilidade para se distinguir entre textos literários e não-literários, nomeadamente, a sua estética, ou seja, a forma, a estrutura e a qualidade artística dos mesmos. Segundo Aristóteles, as obras literárias possuem certos aspectos formais que outro tipo de textos não têm. Este era o critério no qual os formalistas russos e, mais tarde, também os estruturalistas basearam a sua teoria literária.

Porém, também este critério nos confronta com uma série de problemas. Em finais do século XIX, por exemplo, os escritores do realismo julgavam que era precisamente o seu talento poético que lhes permitia serem mais “verdadeiros” do que, por exemplo, os historiadores. Não é, aliás, uma convicção que se limite ao realismo, também modernistas como Virginia Woolf ou Henry James tinham ideias muito parecidas acerca da literatura (cfr. Lamarque/Olsen: p. 290, 311).

Quem defendeu o oposto foi o historiador Hayden White, que na sua obra *Tropics of Discourse* (1986) se baseou exactamente na importância estética de obras de historiografia para igualar a actividade de um historiador com esta de um escritor:

«There are many histories that could pass for novels, and many novels that could pass for histories, considered in purely formal (or I should say formalist) terms. Viewed simply as verbal artefacts histories and novels are indistinguishable from one another.» (White, *apud* Cohn: p. 113f.).

White defendeu que as historiografias se caracterizam por estruturas narrativas que, em si, são iguais àquelas usadas num romance e que, conseqüentemente, ambos os géneros deveriam ser consideradas como sendo géneros literários e, daí, ficcionais.

Existe, no entanto, uma forte oposição contra esta tendência pós-moderna de se banalizar o conceito de ficção. Gostaria de me concentrar aqui em duas obras: *Truth, Fiction and Literature* (1994) de Peter Lamarque e Stein Olsen e *The Distinction*

² A opinião de Ronald Weber é por isso: «Nonfiction could no more chronicle reality than fiction since all forms of writing offer models or versions of reality rather than actual descriptions of it; consequently nonfiction [is] as inherently “irrealistic” as fiction». (Weber, *apud* Lamarque/Olsen: p. 173).

of Fiction (1999) de Dorrit Cohn. Todos eles sublinham logo desde o início que seria errado não levar a sério as teses pós-modernas e desconstrutivistas. O seu objectivo principal também não é provar que estes estejam necessariamente enganados, o que querem é evitar uma banalização de conceitos como “ficção” e “literatura”. Cohn defende que a existência inegável de certos elementos poetológicos em historiografias não é o suficiente para passar a considerar estes textos como sendo obras de ficção. Ela critica Hayden White no sentido de este se ter esquecido da responsabilidade do historiador em relação ao seu material e aos seus leitores:

«[...] the process that transforms archival sources into narrative history is [...] hardly comparable to the process that transforms a novelist's sources [...] into his fictional creation. The former process is highly constrained and controlled, subject to the author's justification and the reader's scrutiny [...]. The novelist's relation to his sources is free [...]» (Cohn: p. 114).

Cohn sublinha que um historiador, ao contrário de um escritor, tem sempre responsabilidade por eventuais erros numa obra sua. Consequentemente, ela considera que, numa historiografia, não há diferença entre o narrador e o autor³. De facto, um dos perigos de que os desconstrutivistas aparentemente nunca se deram conta é que a sua tendência de considerar todo e qualquer texto como sendo ficcional acaba por pôr em questão a equivalência lógica entre o autor e o narrador em textos não-ficcionais. A consequência fatal seria então que alguém como Adolf Hitler se poderia defender em relação à obra *A Minha Luta* da mesma forma como Salman Rushdie defendeu os *Versículos Satânicos*, nomeadamente ao alegar que se trata de uma obra de ficção e que, consequentemente, o autor não pode ser responsabilizado pelas afirmações das figuras ou do narrador. É com toda a razão que Tzvetan Todorov faz o seguinte aviso aos desconstrutivistas: «Imaginez-vous sur le banc des accusés, inculpé pour un crime que vous n'avez pas commis: accepteriez-vous comme principe préalable que fiction et vérité se valent ou que la fiction est plus vraie que l'histoire?» (Todorov: p. 132).

A tese de Lamarque e Olsen vai no mesmo sentido. Também eles admitem que as historiografias dispõem de elementos literários, aceitam até que «all writing involves some degree of rhetorical contrivance» e que «there is no pure unmediated representation of extra-linguistic facts», mas, na sua opinião, a diferença entre textos ficcionais e não-ficcionais não tem nada a ver com aspectos estruturais, sejam eles sintácticos ou semânticos, mas sim com «institutionally based relations between story-tellers and audiences» (cfr. Lamarque/Olsen: p. 171, 228f.).

O facto de a forma hoje deixar de ser considerada um critério útil para se distinguir entre textos literários e não-literários ou ficcionais e não-ficcionais pode ser explicado com base no poema «Formação da 1. F. C. Nürenberg de 27.1.1968» de Peter Handke. O que Handke fez foi copiar do jornal a formação de uma equipa de futebol antes de um jogo e inserir a lista com os nomes dos jogadores num livro de poesia, apresentando esta lista como sendo um poema seu. Com isso, Handke fez na poesia o que Marcel Duchamps já antes tinha feito com os seus “ready makes” e aplicou a tese de Joseph Beuys, de que tudo pode ser arte, à poesia. Não há discussão de que a formação da equipa de futebol apresentada no livro de poesia deve ser considerada um poema, enquanto a mesma formação no jornal não o pode ser. Aqui fica claro, portanto, que não são os elementos formais que decidem se algo é literatura ou não,

³ Cfr. Cohn: «I will assume, then, that the reader of a nonfictional narrative understands it to have a stable univocal origin, that its narrator is identical to a real person: the author named on its title page.» (Cohn: p. 123f.).

o que decide sim é a decisão do autor e o modo e o lugar em que o texto é apresentado. O critério para se decidir se algo é literatura reside, portanto, na intenção do autor, na maneira como o texto é apresentado e na recepção do texto por parte do leitor. Não é de estranhar, por isso, que ultimamente tenha aumentado muito a importância do chamado paratexto, ou seja, o texto que antecede a obra em si e no qual a intenção e o objectivo do autor são revelados.

Outra consequência é que o conceito de ficcionalidade passou a ser relativo, já que a recepção de um texto pode variar de época para época. As *Viagens* (1356) de Jean de Mandeville, por exemplo, eram no seu tempo lidas como textos verdadeiros, hoje passaram a ser vistas como histórias ficcionais⁴. Portanto, o mesmo texto que hoje é considerado ficcional amanhã pode ser visto como não-ficcional e o que para mim é um texto ficcional pode não sê-lo para outra pessoa, tal como a maneira de o texto ser apresentado poderá levar a que o mesmo seja interpretado tanto como um texto ficcional ou não-ficcional.

De facto, se há uma importante lição a tirar da viragem pós-moderna nas ciências humanas de finais do século passado, é que as fronteiras passaram a ser relativas. Não no sentido de que todas as fronteiras irão fundir-se como cera ao sol, mas na medida em que o conceito das mesmas passou a depender de um ponto de vista individual. A Ficcionalidade, deixou assim de ser um dado adquirido; passou a ser uma responsabilidade.

⁴ Cfr. John Noyes: «the difference [between fictional and nonfictional discourse] lies not in one particular text, but in the various and diverse relations into which a given text may enter at any one time» (Noyes: p. 23).

Bibliografia

COHN, Dorrit

1999, *The Distinction of Fiction*, Baltimore/London, John Hopkins University Press.

GEERTZ, Clifford

1988, *Works and Lives: The Anthropologist as Author*, Stanford, Stanford University Press.

LAMARQUE, Peter / OLSEN, Stein Haugom

1994, *Truth, Fiction, and Literature: A Philosophical Perspective*, Oxford, Clarendon Press.

MOMMSEN, Theodor

1933 (1.^a ed., 1885), *Das Weltreich der Caesaren*, Wien/Leipzig, Phaidon-Verlag.

NOYES, John K.

1992, *Colonial Space: Spatiality in the discourse of German South West Africa 1884-1915*, Harwood, Gordon & Breach.

SCHWAB, Gabriele

1996, *The Mirror and the Killer-Queen: Otherness in Literary Language*, Bloomington, Indiana University Press.

TODOROV, Tzvetan

1991, *Les morales de l'histoire*, Paris, Grasset.